

INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO NA REGIÃO DE RIO CLARO: PROBLEMAS E DESAFIOS DA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL E DO COMÉRCIO EXTERIOR NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

*ELSON LUCIANO SILVA PIRES**

*SILVIA SELINGARDI-SAMPAIO***

Resumo

No presente artigo, sob a perspectiva da competitividade industrial e do comércio exterior, são analisadas as principais características da atividade industrial na Região de Rio Claro, e as mudanças recentes que a afetaram, em especial aquelas relativas à dinâmica do crescimento do emprego formal. No contexto de uma economia globalizada, são discutidos os principais problemas e desafios enfrentados pela indústria local/regional na exportação de seus produtos, assim como são propostas algumas estratégias de ação, visando o incremento da atividade exportadora regional.

Palavras-chave: Indústria regional, exportação, competitividade.

Abstract

Manufacturing Industry and Exportation in Rio Claro Region: Problems and Challenges of Industrial Competitiveness and Foreign Trade in the Beginning of XXI Century.

Under the perspective of industrial competitiveness and exportation, the authors analyse, in this paper, the principal characteristics of manufacturing industry in Rio Claro region, and the last changes that have affected it, pointing out those relative to the rhythm of formal job growth. In the context of a globalizing

* Professor Doutor - Dep. de Planejamento Territorial e Geoprocessamento/IGCE/UNESP, Rio Claro-SP - Caixa Postal 178 - CEP: 13.500-230 - Rio Claro-SP.

** Professora Livre Docente do Curso de Pós-Graduação em Geografia/IGCE/UNESP, Rio Claro-SP.

world economy, the main problems and challenges that local/ regional manufacturing industry faces in the exportation of its products are examined, as well as some practical strategies are proposed, aiming the growth of the regional industrial exportation.

Key-words: Regional manufacturing industry, exportation, competitiveness.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é analisar, de forma breve, algumas feições gerais que caracterizam a atividade industrial na Região de Rio Claro, São Paulo. São destacados problemas e desafios impostos aos rumos da economia regional neste final de século, principalmente aqueles que ocorrem vinculados a um contexto de abertura comercial dramática, de globalização da economia e crescente competitividade do comércio exterior.

Na análise da economia regional, são destacadas as participações de alguns setores industriais da comunidade regional, seus principais problemas e desafios na exportação da produção local. Nesse sentido, o texto procura trazer contribuições para o debate nacional sobre a questão da estratégia do desenvolvimento e da exportação regional/local – e posterior ação concreta –, nas quais devem se envolver não somente os empresários, os diretamente beneficiados, mas representantes da sociedade civil, dos poderes públicos municipais e dos círculos acadêmicos regionais, também direta ou indiretamente responsáveis pela construção (da nova vocação) regional.

O texto está dividido em cinco seções, assim distribuídas. Na primeira, é colocado o problema da globalização econômica e da integração da economia brasileira, com ênfase nas questões da competitividade setorial/regional e nos novos desafios apresentados pelo comércio exterior. A segunda seção é dedicada a uma breve caracterização dos padrões estruturais existentes e das mudanças ocorridas na atividade industrial na região de Rio Claro, e da dinâmica do crescimento do emprego formal nos últimos anos, na mesma área. Na terceira seção e seguintes, são colocadas as questões da indústria regional exportadora, os produtos e os destinos das exportações, os problemas enfrentados pelos principais exportadores, além de sugestões de metas iniciais a serem cumpridas na construção organizada do comércio exterior regional.

GLOBALIZAÇÃO / ECONOMIA REGIONAL / DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para discorrer sobre a “atividade industrial regional” no atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, faz-se necessário lançar mão de um conjunto de conceitos e expressões produzidas nos meios acadêmicos e no mundo dos negócios, os quais procuram explicar os fatos que ocorrem no dia a dia da atividade econômica regional/mundial. Nesse sentido, é importante, como ponto de partida, a compreensão de determinadas situações observáveis no mundo real, traduzidas em conceitos como globalização, competitividade, territorialidade, regionalização, comércio exterior.

A Globalização da Economia

O termo globalização tem sido usado em alusão a uma multiplicidade de fenômenos que, sobretudo a partir da década de 70, estariam configurando uma redefinição nas relações internacionais em diferentes áreas da vida social, como a economia, as finanças, a tecnologia, as comunicações, a cultura, a religião, etc.

A idéia de que nos deparamos com o desafio de uma economia globalizada é amplamente aceita por acadêmicos, jornalistas, políticos e empresários de todas as correntes de opinião, em vários países. Mito para uns ou realidade para outros, o certo é que a definição de globalização, ou mundialização, é carregada de controvérsias no debate econômico e político do mundo contemporâneo. Muitas vezes, as interpretações superam os fatos, e são carregadas de ideologia (CHESNAIS, 1994 ; HIRST e THOMPSON, 1992).

Historicamente, o qualificativo *global* emergiu no princípio dos anos 80, nas grandes escolas de Administração de Empresas de universidades norte-americanas (Harvard, Columbia, Stanford, etc)., sendo posteriormente popularizado em escala mundial por via da imprensa econômica e financeira anglo-saxã (CHESNAIS, 1994, p. 26).

Nos anos 90, a idéia da formação de uma economia global, que é distinta de uma economia mundial, ganha novos adeptos. A economia global funciona como uma unidade (das economias) em tempo real, na qual os processos de acumulação de capital e de gestão dos negócios, os mercados, os fluxos de informação e de tecnologia têm como espaço o planeta todo. A economia global, entretanto, não abraça a todos os países e cidades: ela seleciona, no mundo inteiro, aspectos e pontos específicos, conectando países, regiões e localidades com o interior do sistema e desconectando outros do mesmo sistema, segundo as dinâmicas dessa

economia global que não tem contrapartida institucional nos âmbitos social e político (CASTELLS, 1995, apud MULLER, 1999).

Neste limiar de novo século, o desenlace das idéias parece se estabelecer quando se pergunta sobre as consequências da globalização, que seriam, para muitos autores, inevitáveis. Nesse processo, economias e territórios dos países envolvidos devem responder às crescentes pressões da competição internacional. A escala de atividade econômica extrapola o território da nação, passando a ser global e transnacional. Como resultado, a autonomia das estratégias nacionais de gerenciamento macroeconômico é questionada. Os governos nacionais devem alterar suas funções de promotores do bem-estar social, para em troca oferecer os serviços públicos demandados pelos negócios, promovendo a competitividade de empresas locais e atraindo investimento externo.

Esta aceitação da globalização tem sido criticada sob dois aspectos básicos. Por um lado, estaria se esboçando, sob a máscara da mercantilização universal e da concorrência generalizada, a disseminação ,para o resto do mundo, de um modelo político, econômico e cultural de origem norte- americana (BELLUZZO, 1998, p.129). Por outro lado, esta noção da globalização estaria procurando sustentar três mitos: ela seria resultante exclusiva das forças microeconômicas ou de mercado; seria um fenômeno universal, inclusivo e homogeneizador; e estaria promovendo uma redução universal, inevitável e positiva do poder e da capacidade “intervencionista” dos Estados (FIORI *et al.*, 1998 p.9).¹

Fato e mito, a globalização da economia é real. Ela é a interação de três processos distintos, que têm ocorrido ao longo dos últimos 20 anos, e que afetam as dimensões financeira, produtiva-real, comercial e tecnológica das relações econômicas internacionais. Estes processos são: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados internacionais; e a integração crescente entre os sistemas econômicos nacionais. Da simultaneidade desses processos decorre a especificidade da globalização econômica do final do século XX . Mais ainda, diferentemente do final do século XIX, o processo atual de globalização ocorre sem o contramovimento protecionista, intervencionista e regulador que marcava a economia global naquela época (GONÇALVES, 1998, p.136-9).

Nessa concepção, os determinantes da globalização hoje poderiam ser agrupados em três grandes conjuntos de fatores: tecnológicos, institucionais e sistêmicos. O primeiro conjunto refere-se aos *desenvolvimentos tecnológicos* associados à revolução da informática e das telecomunicações. O segundo determinante vincula-

¹ Esta concepção ficou conhecida como “Consenso de Washington”, termo criado em 1990, o qual define o receituário do governo americano, do FMI e do Banco Mundial, combinando combate ao déficit público, abertura econômica e redução da presença do Estado na economia.

se aos fatores de *ordem política e institucional*, ligados à ascensão das idéias liberais ao longo dos anos 80, resultando na onda de desregulamentação do sistema econômico em escala global, e tendo como marco os governos Thatcher, na Grã-Bretanha, e Reagan, nos Estados Unidos. O terceiro e último conjunto é de ordem *sistêmica e estrutural*, ou seja, a globalização ocorre como parte integrante de um movimento de acumulação em escala global, caracterizado pelas dificuldades de expansão da esfera produtiva-real, e pelo menor potencial de crescimento dos mercados domésticos dos países desenvolvidos, ricos em capital. (GONÇALVES, 1998,140-2).

É nesse sentido que alguns autores vão considerar que o modelo atual de capitalismo baseia-se no conceito de que a economia mundial funciona como uma unidade, um “corpo” único. É uma economia onde os fluxos de capitais, os mercados de trabalho, os mercados de bens, a informação, as matérias-primas, a administração e a organização são internacionalizados e interdependentes através do planeta (CASTELLS, 1992, p.5). As economias nacionais, regionais e locais seriam, neste contexto, partes, “membros” integrantes do corpo único. Esta concepção relaciona, portanto, o processo de globalização a um outro movimento, também em curso, que é o de regionalização.

Este movimento de regionalização, articulado ao processo de globalização, faz parte da transformação atual do sistema produtivo das grandes empresas rumo a uma estrutura sócio territorial descentralizada e em rede, como forma predominante de organização econômica, social e institucional (CASTELLS, 1999). Nesse sentido, o modelo atual de capitalismo se constrói como uma “rede” econômica global, da qual as economias regionais e locais seriam as “malhas”.

Na realidade, esta rede global é bastante assimétrica, já que as diferentes partes do espaço terrestre (países, regiões e lugares) encontram-se a ela integradas de forma desigual, segundo seus diferentes graus de desenvolvimento econômico, tecnológico, cultural, etc.

Obviamente, a globalização econômica traz, em seu bojo, conseqüências positivas e negativas, em uma proporção que costuma ser menos favorável aos países menos desenvolvidos.

A globalização econômica, (assim como a cultural, a social, etc.), foi possibilitada, entre outros aspectos, pelo extraordinário desenvolvimento dos meios de comunicação e de transportes, os quais modificaram drasticamente os conceitos anteriores de espaço e tempo: por exemplo, o desenvolvimento da tecnologia de informação virtual possibilitou que uma comunicação de âmbito mundial seja efetuada em frações de segundos.

O avanço tecnológico, entretanto, constituiu um meio, um instrumento para que a globalização se efetivasse. Os principais atores e artífices deste processo

foram, na realidade, as grandes corporações multinacionais (AMIN e ROBINS, 1990). Muitos Estados nacionais exerceram papel coadjuvante, ao abandonarem antigas políticas nacionalistas, centralizadoras e intervencionistas na economia (segundo os preceitos de Keynes), e adotarem posturas de inspiração neoliberal, favoráveis à liberalização dos mercados, à desregulamentação da economia e à privatização dos meios de produção.

Países, regiões e lugares integram-se ao sistema econômico globalizado através de vários tipos de relações: fluxos de capitais; fluxos de compra e venda de tecnologia, de informação; captação e investimentos de capitais produtivos; fluxos de produtos finais, de partes e componentes industrializados; fluxos de matérias-primas de origem primária e/ ou industrializadas, etc.

Com os mercados mundiais desregulamentados, acirrou-se a concorrência entre as empresas, com a conseqüente busca de competitividade.

A importância da competitividade

A visão econômica tradicional de que a competitividade está voltada para a política de preços, custos (salários) e taxas de câmbio está superada na globalização da economia. Nas últimas décadas, países como o Japão e a Alemanha mostraram-se vitoriosos competitivamente, firmando-se no mercado internacional, apesar dos fortes incrementos nos custos salariais e de terem enfrentado períodos de relativa sobrevalorização cambial (COUTINHO, 1995).

Com as transformações econômicas dos anos 80 e 90, começa a surgir uma nova noção em que a competitividade para uma nação passa a ser compreendida como o grau pelo qual ela pode, sob condições livres e justas de mercado, produzir bens e serviços que se submetam satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais enquanto, simultaneamente, mantenha e expanda a renda real de seus cidadãos. Nesse sentido, competitividade é considerada a base para o nível de vida de uma nação. É também fundamental à expansão das oportunidades de emprego e para a capacidade de uma nação de cumprir suas obrigações internacionais (COUTINHO, 1995). É a fase áurea da “tirania da competitividade” (GONÇALVES, 1998, p.145).

Entre outros estudos para medir a competitividade entre países, o “Relatório de Competitividade Global”, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, uma entidade com sede na Suíça, constata a presença de Cingapura, Estados Unidos, Taiwan, Canadá e Suíça entre os cinco primeiros no *ranking* mundial, em 1999. Neste ano, o Relatório aponta o Brasil em 51º lugar, após recuar 10 postos em relação à posição de 1997 (FOLHA DE SÃO PAULO, 13.07.99, p. 2-9).

No plano das empresas, a competitividade passa a ser entendida como a capacidade de formular e implementar estratégias concorrenciais, isto é, depende da criação e renovação das vantagens competitivas, e das peculiaridades que a distinguem favoravelmente das demais, como custo ou preço mais baixo, melhor qualidade do produto, maior habilidade de servir à clientela, etc., permitindo, desta forma, uma posição sustentável no mercado. Uma das estratégias adotadas é o uso da figura da *logística* como ferramenta indispensável para manter as atividades competitivas das empresas, independentemente de tamanho ou segmento de atuação.

Na definição do *Council of Logistics Management*, a logística para o empresário é um “processo de planejamento, implementação e controle do fluxo eficiente e da armazenagem de produtos, serviços, e informações relacionadas desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de adequar o processo de produção e os produtos das empresas às necessidades do consumidor” (GARCIA, 1999, p. 3-5). Realidade ainda distante das empresas no Brasil, a logística acaba por criar um comprometimento maior entre os membros de uma cadeia interdependente de fornecedores, produtores, distribuidores ou responsáveis pela armazenagem dos produtos, e os consumidores do produto final.

A noção de uma logística regional, importante para a competitividade e o bem-estar social das regiões, deve ser considerada de um ponto de vista mais amplo, tanto como infra-estrutura regional adequada às necessidades econômicas e sociais, inerentes à competitividade regional, quanto meio e condição (material e imaterial) capazes de garantir realizações de várias ordens, sejam públicas ou privadas. Entre elas, podem ser incluídos: a) projeto de desenvolvimento regional, obtenção de bens e serviços, armazenamento, transportes, distribuição, reparação, manutenção; b) atendimento, hospitalidade, instrução e treinamento, hospitalização, bem-estar e lazer; c) aquisição ou construção, captação, reparação, manutenção e operação de instalações e acessórios destinados a ajudar o desempenho de toda atividade industrial e comercial. Portanto, a logística deve ser vista como parte da arte de fazer o desenvolvimento econômico e social, regional e sustentável.

No plano local, as transformações atuais trazem enormes implicações para as economias regionais e para as cidades. Essas implicações dizem respeito ao destino (econômico e institucional) das regiões e cidades, pois o mesmo dependerá das ligações que elas estarão em condições de estabelecer com as cadeias produtivas e as redes de fluxos espaciais, de sua capacidade de maximizar as vantagens comparativas, e de sua localização em face das outras. Nesse processo, as vantagens comparativas dependerão das comunicações, das habilidades em gerar recursos humanos qualificados, e da flexibilidade e eficiência das políticas governamentais em sustentar uma estratégia deste tipo.

Em alguns setores industriais, e no impacto regional da modernização tecnológica, a questão-chave para a maioria dos países é como entrar na era

tecnológica ,introduzindo e difundindo a alta tecnologia nas atividades manufatureiras e de serviços já existentes (CASTELLS, 1995, apud MULLER, 1999, p.5-6). Nesse sentido, pode-se falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem, isto é, de criação de um meio *técnico-científico-informacional* em espaços requalificados, que passam a atender, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política, agora incorporados plenamente às novas correntes mundiais (SANTOS, 1996, p.190-2).

Do ponto de vista da análise sócio espacial, para uma ação regionalizada da economia, é importante detectar o grau de articulação regional e o crescimento de empresas entrelaçadas em sistemas de cadeias produtivas e redes de empresas, que acabam colocando em evidência as questões do emprego e do desenvolvimento localizado e regionalizado, e da transferência, ou não, para a população local, dos benefícios das mudanças no processo de reestruturação industrial..

Finalmente, do ponto de vista do desenvolvimento social, é quase certo que este padrão de vida globalizado e competitivo só avança na medida em que as localidades de uma região possam maximizar sua participação no sistema produtivo, na produção de bens intermediários e finais, de serviços e componentes e, sobretudo, na capacitação profissional, técnica e científica da população.

Guardadas as devidas proporções, estas questões devem ser colocadas também como uma (nova) realidade para a economia industrial da Região de Rio Claro, mais ainda para as suas empresas exportadoras. Estas, para serem competitivas, devem produzir bens e serviços que passem no teste dos mercados internacionais e, para serem equitativas, devem manter e expandir as oportunidades de emprego e a renda real dos seus empregados, trabalhadores e cidadãos da região.

O Comércio Internacional e o Cenário Competitivo Mundial

O comércio internacional pode ser definido como um intercâmbio de bens e serviços entre países, resultante de suas especializações na divisão internacional do trabalho. Seu desenvolvimento depende basicamente do nível dos termos de intercâmbio (ou relações de troca), que se obtém comparando o poder econômico entre países que mantenham comércio entre si. Nesse cenário, as exportações e as importações são as formas de inserção comercial clássica no sistema econômico internacional.

Desde o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) até a atual Organização Mundial do Comércio (OMC), têm ocorrido acordos que procuram desobstruir as vias protecionistas de intercâmbio comercial. Hoje, os países membros das organizações mundiais negociam periodicamente acordos de redução mútua das barreiras tarifárias, sob cuidadoso controle dos governos. São numerosos os acordos inter-

nacionais de mercadorias, buscando conciliar os interesses dos países compradores (importadores) e vendedores (exportadores), para evitar as bruscas oscilações de preços. Nesse sentido, desde meados da década de 60, vêm se constituindo blocos de países como Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), o Mercado Comum Europeu, o Acordo Norte- Americano de Livre Comércio (NAFTA), e o Mercosul.

Nas condições atuais da economia, o cenário mundial tem sido considerado, por analistas profissionais, como adverso ao comércio exterior, devendo nos próximos anos afetar o ritmo das exportações e das importações em todo o mundo.

Diagnósticos elaborados pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento), indicam que o crescimento da economia mundial é quatro vezes mais importante do que a política de desvalorização cambial, hoje responsável apenas por um aumento de 0,5% nas exportações de um país. A conjuntura atual é de desaquecimento econômico e comercial da economia mundial. Nesse sentido, o cenário internacional é adverso. As previsões para a economia mundial, no ano de 1999, são de um crescimento entre 1,5% e 2%, aquém dos mais de 4%, em 1997, e de 2,5%, em 1998.

No Brasil, mesmo depois da grande desvalorização do Real em janeiro de 1999, as exportações ainda continuam estagnadas. De um lado, a pauta é primordialmente composta por commodities, primárias ou semi-processadas, cujos preços estão bastante deprimidos. De outro lado, a América do Sul, maior mercado para as exportações brasileiras de manufaturados, encontra-se em recessão, e com baixas perspectivas de retomada de um desenvolvimento econômico que seja sustentável (LUCIANO COUTINHO, Folha de São Paulo, 20. 06. 1999, p.2-2).

Os números da balança comercial brasileira, em junho, já desmentiam a projeção exagerada pelo governo, para 1999, de um superávit na balança comercial de US\$ 10,8 bilhões. Mais recentemente, esta projeção foi reduzida, oficialmente, para menos de US\$ 4 bilhões (última revisão do acordo com o FMI). Pelas estimativas da CNI, o superávit deve ficar entre zero e US\$ 1 bilhão. No mercado, há quem preveja até déficit, embora pequeno.

Além disso, mesmo aumentando as quantidades exportadas após a desvalorização de janeiro, os preços em geral caíram no mercado internacional, principalmente os das *commodities* (produtos básicos). Com isto, as receitas em dólar não reagem ou até encolhem. A exceção quanto ao aumento das quantidades exportadas é representada pelos manufaturados (veículos, caldeiras etc), em queda desde meados de 1998, fruto da retração das economias da América Latina.

Neste contexto, o Brasil enfrenta um choque externo de grandes proporções e inúmeros desafios, que o câmbio, isoladamente, não resolve. Em relação a este

aspecto, pairam dúvidas, entre acadêmicos e especialistas em comércio exterior, sobre a eficiência da política econômica de desvalorização cambial, como mecanismo criador de um ambiente exportador sustentável no país.

Portanto, em face dos cenários internacional e nacional expostos, mais do que nunca, as estratégias nacionais (e regionais) devem apontar para a necessidade de uma *política ativa de competitividade*, com apoio à modernização produtiva e à conquista de mercados externos, cada vez mais exigentes. Torna-se evidente que o desenvolvimento sustentável de muitos países, e regiões, tem dependido cada vez mais da capacidade de se organizarem *políticas integradas*, envolvendo setores públicos, privado e tecnológico, regiões e setores empresariais. Com isto, pode-se pensar em uma verdadeira recuperação dos valores essenciais da produção e da região, promovendo novos lugares e novos empregos, melhor qualificação dos recursos humanos e competitividade sócio territorial.

Para o Brasil, tais questões sobre a organização regional do setor exportador são de extrema importância, em face da constatação, que ganha adeptos entre os analistas, de que a desvalorização cambial é condição necessária, mas não suficiente, na tarefa de implantar uma mentalidade exportadora no país. Para as médias empresas que exportavam, e que perderam posição no mercado externo, endividadas com os juros e penalizadas pelos tributos, e para as novas ingressantes no mercado, coloca-se o desafio de não apenas exportar, mas também de alijar os competidores que ocuparam seu espaço no mercado internacional, nesse período de liberações cambiais brasileiras.

Em face deste cenário é que a adesão aos valores essenciais da produção, do trabalho, da produtividade e da competitividade regional torna-se premente, se efetivamente se busca enfrentar e vencer o desafio de manter e ampliar a produção, de gerar novos empregos e de promover melhor qualificação dos recursos humanos da região.

O Brasil e a Globalização

Ostentando, simultaneamente, a posição de NIC (*New Industrialized Country*) no sistema produtivo mundial, e a condição de país subdesenvolvido, sob vários critérios, o Brasil sofreu, a partir de 1990, profundas transformações econômicas, passando de um modelo protecionista-exportador para um modelo liberalizador de importação e exportação. Práticas e mecanismos de proteção aos produtos nacionais têm sido gradualmente reduzidos, como a imposição de cotas, depósitos compulsórios e sobretaxas tarifárias (na carga tributária das importações, houve redução da ordem de 220% em relação às alíquotas médias, praticadas até o final da década de 1980).

Os primeiros anos da era Collor e os cinco primeiros anos do Plano Real transformaram extraordinariamente o desempenho da economia brasileira, ao inserir o país na onda da globalização, com a abertura comercial. Os mercados nacionais foram indiscriminadamente abertos ao fluxo de comércio internacional, rompendo com décadas de economia fechada. Com a abertura comercial, as empresas brasileiras tiveram forçosamente que se ocupar com custos e qualidade de produtos, ainda que muitas tenham aberto falência na concorrência com os produtos importados. Com a expansão do mercado interno de bens e serviços, também firmou-se uma presença mais exigente do consumidor, com reflexos imediatos e dramáticos sobre o setor produtivo nacional. Com isto, um grande número de empresas brasileiras, de capital nacional e multinacional, investiram nas novas regras do jogo econômico, procurando adequar suas plantas industriais aos níveis internacionais de produtividade, a fim de ter condições de competir com as importações, o que não é fácil. Os resultados são variados, distribuídos em vitórias e fracassos.

Paralelamente a estas iniciativas, desencadeou-se o processo de reforma do Estado, com o desmonte do aparelho produtivo estatal que tinha sido construído desde as décadas de 30, 40 e 50, em setores estratégicos da economia. Embora as privatizações também sejam para reduzir as pressões de gastos sobre o Tesouro, as finanças públicas vão mal e a dívida pública não pára de crescer.

Recentemente, o governo federal implementou, ainda, uma série de medidas para possibilitar crescente adequação brasileira às práticas mundiais de comércio. Entre elas, destacam-se:

- automatização do controle do fluxo de informações dos segmentos, com a implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), módulos exportação e importação;
- enxugamento dos normativos vigentes através da proposta de criação de uma Lei Única de Comércio Exterior, em fase final de elaboração;
- adoção de leis específicas de incentivos à modernização e privatização de terminais portuários, com vistas à redução do custo Brasil;
- lançamento de um Programa de Qualidade e Modernização Industrial, juntamente com a iniciativa de empresas nacionais, destinado a colocar o Brasil em posição favorável quanto à obtenção de qualidade empresarial, através da certificação da série ISO9000. (REVISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR- BB, 1999).

Muitos resultados da adoção destas medidas deverão ser obtidos a médio e longo prazos, pois ainda é muito baixa a participação da pauta exportadora brasileira no comércio mundial - em torno de 1% - , além de ser concentrada em poucos mercados.

Dois efeitos de curto prazo, entretanto, já se seguiram à adoção das medidas citadas: o rude golpe sofrido pelas indústrias nacionais, com a “invasão” de produtos estrangeiros, e a busca, de parte daquelas empresas mais aptas e capitalizadas, de modernização tecnológica, produtiva e organizacional, visando adquirir competitividade no comércio exterior.

ESTRUTURA E DINÂMICA DA INDÚSTRIA NA REGIÃO DE RIO CLARO

Localização, Estrutura Produtiva e Dinâmica Industrial

A microrregião ou sub-região de governo que tem Rio Claro como sede inclui os municípios de Analândia, Brotas, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Santa Gertrudes e Torrinha². A citada microrregião – denominada, daqui em diante, simplesmente como Região de Rio Claro – integra-se, por sua vez, à Região Administrativa de Campinas (Fig. 1).

A posição geográfica da Região de Rio Claro – na porção centro-leste do Estado de São Paulo – é considerada excelente, distando aproximadamente entre 170 e 200 km da metrópole paulistana, e próxima a alguns dos municípios mais industrializados e desenvolvidos do território paulista, como Campinas, Americana, Limeira, Piracicaba, São Carlos, Araraquara e Araras.

Outro fator positivo é a boa rede de vias de circulação terrestre que serve a região analisada, ou seja, é próxima, composta por ferrovias e rodovias troncais (Anhangüera, Washington Luís), e outras secundárias.

O município-sede da região é Rio Claro, com uma população de 160.363 habitantes em 1998, segundo estimativa do IBGE (em 1991, de acordo com o Censo Demográfico do mesmo Instituto, era de 137.000 habitantes).

Quanto à atividade industrial, Rio Claro caracterizou-se, ao longo do século XX, como centro de construção e reparação de material ferroviário, de produção de cerveja e de tecidos.

² Em algumas fontes – como, por exemplo, “Diretrizes para a Política de Desenvolvimento e Desconcentração Industrial”, da Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1982 – o município de Torrinha aparece integrado à sub-região de governo de Piracicaba.

Por estarem os dados do Núcleo de Conjuntura e Estudos Econômicos da FCL da Unesp – Campus de Araraquara – aqui utilizados, entre outros – agregados em nível de sub-região, considerou-se aqui Torrinha como integrante da sub-região de Governo de Rio Claro.

Figura 1 – A Microrregião de Governo de Rio Claro no Contexto da Região Administrativa de Campinas: Localização e Principais Vias de Acesso.



A partir de 1970, uma fase “dinâmica” de industrialização veio expandir significativamente seu parque fabril, fazendo surgir cerca de 30 novos grandes e médios estabelecimentos industriais, controlados por capitais externos ao município (originários, principalmente, da metrópole paulistana e, secundariamente, de outros locais do território paulista, de outros Estados brasileiros e do exterior).

Na segunda metade da década de 80 e início dos anos 90, o ritmo da industrialização arrefeceu sensivelmente, devido tanto a fatores externos quanto locais, e alguns dos maiores estabelecimentos foram fechados: a cervejaria Skol-Caracu, a têxtil Cianê e a fábrica de veículos Gurgel. Também as Oficinas da ex- FEPASA encontram-se em processo de desativação. Em 1992, a Região de Rio Claro apresentava uma participação relativa de 0,456% no valor adicionado da indústria estadual, a menor desde 1988.

A partir de 1993, entretanto, conforme atestam os dados da Tabela 1, a região vai gradativamente ampliando sua participação no valor adicionado da indústria estadual, tendo atingido 0,733% em 1996. Tal fato pode ser atribuído tanto à expansão industrial regional quanto à redução da participação relativa de outras regiões do Estado paulista. O município de Rio Claro - onde se concentram quase dois terços do valor adicionado - liderava na região com 0,598%, sua maior participação relativa até hoje registrada. Esta expansão regional ocorre em um contexto maior de crescente industrialização do interior do Estado e de interiorização da indústria, em detrimento da Região Metropolitana.

Tabela 1 - Evolução da Participação dos Municípios no Valor Adicionado da Indústria Estadual - Região de Rio Claro-SP: 1985-1996 (%)

Município /Anos	1985	1986	1988	1990	1992	1993	1994	1995	1996
Rio Claro	0,4212	0,4194	0,4717	0,4066	0,4034	0,4397	0,4949	0,5398	0,5982
Santa Gertrudes	0,0098	0,0154	0,0115	0,0322	0,0229	0,028	0,0384	0,0414	0,0660
Brotas	0,0060	0,0083	0,0028	0,0121	0,0126	0,0126	0,0123	0,0126	0,0365
Ipeúna	0,0033	0,0047	0,0046	0,0077	0,0035	0,0035	0,0052	0,0065	0,0116
Analândia	0,0000	0,0001	0,0002	0,0022	0,0048	0,0110	0,0096	0,0068	0,0098
Corumbataí	0,0005	0,0014	0,0010	0,0080	0,0094	0,0057	0,0145	0,0017	0,0076
Itirapina	0,0015	0,0014	0,0002	0,0010	0,0002	0,0003	0,0006	0,0011	0,0036
TOTAL DA REGIÃO	0,4423	0,4507	0,4920	0,4698	0,4568	0,5008	0,5755	0,6099	0,7333

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo

Este aumento da participação da indústria regional ocorre ao mesmo tempo em que se manifestam transformações setoriais na base econômica da região, sobretudo no município de Rio Claro. Algumas das empresas instaladas nos anos 70 e 80, representantes de novos tipos de produtos, têm ampliado sua produção e também sua capacidade produtiva nos anos 90. Grandes indústrias de capital externo, pequenas e médias empresas, juntas, promovem as transformações do espaço econômico local e regional. Nesta nova fase, destacam-se, com sua presença marcante, as indústrias Owens Corning Fiberglass S/A, Tubos e Conexões Tigre S/A, Brascabos Componentes Elétricos, Multibrás S/A Eletrodomésticos, Uniroyal Química S/A, Nheel Química Ltda., Aldoro Indústria Pós e Pigmentos Metálicos Ltda., entre outras. Algumas dessas indústrias fazem parte de cadeias produtivas e de complexos industriais territorializados, produzem para outras empresas, e atuam no comércio exterior.

Em 1996, os resultados destes e de outros novos empreendimentos ampliaram a participação da indústria no total do valor adicionado em quase todos os municípios da região. Na Tabela 2, os dados da Secretaria da Fazenda do Estado destacam, na estrutura produtiva do município de Rio Claro, a participação dos ramos de material elétrico e de comunicações (22,4%), material plástico (13,2%), minerais não-metálicos e cimento, produtos alimentícios (7,9%), produtos químicos (6,7%), produtos mecânicos e metalúrgica (5,3%). Em Santa Gertrudes, lidera isoladamente a indústria de minerais não-metálicos (74,8%). Em Brotas, a maior participação no total do valor adicionado é da indústria de produtos alimentícios (21,6%).³

A situação é diferente do ponto de vista da estrutura do emprego formal na Região de Rio Claro, conforme pode ser visto na Tabela 3. O Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho, registra, em dezembro de 1997, o gênero de minerais não-metálicos (8,98%) como o maior empregador de mão-de-obra formal na indústria de transformação regional, seguido dos ramos da química (6,31%) e de alimentos e bebidas (4,93%).

Com menor participação na geração de emprego na região estão os ramos das indústrias mecânica (2,99%), têxtil (2,22%), metalúrgica (2,05%), de madeira e mobiliário (2,10), de borracha, fumo e couro (2,05%), de papel e gráfica (1,38%) e, por último, o ramo de material elétrico e comunicações (1,23%), que gera alto valor adicionado.

O ramo industrial de minerais não-metálicos é representado regionalmente pela produção de cal, tijolos, cimento, artefatos de cimento, produtos cerâmicos em geral, fibra de vidro, etc. e, obviamente, apresenta estreita relação com os tipos de solos existentes.

Sob o ponto de vista da dinâmica da industrialização, é considerado como um ramo “tradicional”, cujas unidades de produção não têm efeito multiplicador, ou seja, não induzem o surgimento de fábricas tecnicamente vinculadas. A grande exceção a esta regra é a produção de fibra de vidro (Owens Corning, em Rio Claro), matéria-prima industrial para milhares de outros produtos industrializados.

Quanto à estrutura dimensional dos estabelecimentos industriais na região de Rio Claro, pode-se afirmar que as fábricas de porte grande e médio dominam a oferta de empregos setoriais. Dados da RAIS, divulgados pelo Núcleo de Conjuntura e Estudos Econômicos da UNESP- Araraquara, permitem constatar que os estabelecimentos grandes (de 500 a 999 empregados) ocupam 26,87% da mão-de-obra industrial, os de 100 a 249 empregados responsabilizam-se por 23,92% de todos os empregos industriais, cabendo às fábricas de 50 a 99 empregados uma parcela correspondente a 13,80% dos empregos do setor.

³ O valor adicionado total calculado pela Secretaria da Fazenda é subestimado para o setor de serviços, pela não-obrigação de declaração e fiscalização do ICMS no setor.

Tabela 2 - Distribuição no Valor Adicionado por Ramos de Atividades - Região de Rio Claro-SP: 1996 (%)

NOME DO SETOR	Rio Claro	Santa Gertrudes	Brotas	Itirapina	Analândia	Ipeúna	Corum-Bataí
CONTRIBUINTES							
CADASTRADOS	2,24	SIGILO	22,18	63,82	21,36	4,79	18,98
CONTRIBUINTES							
NAO CADASTRADOS	SIGILO		0,06			SIGILO	SIGILO
TOTAL							
AGROPECUÁRIA	2,24	SIGILO	22,25	63,82	21,36	4,99	18,98
COMÉRCIO VAREJISTA	11,27	2,68	4,80	8,73	2,54	5,88	3,27
COMÉRCIO ATACADISTA	2,31	1,04	10,43	3,86	5,19	SIGILO	32,28
TOTAL COMÉRCIO	13,58	3,73	15,23	12,59	7,73	6,42	35,55
MATERIAL DE							
TRANSPORTE	0,51					SIGILO	SIGILO
METALÚRGICA	2,69	SIGILO	SIGILO			SIGILO	SIGILO
MATERIAL ELÉTRICO E							
DE COMUNICAÇÕES	22,40						
PRODUTOS QUÍMICOS	6,72	SIGILO	SIGILO		SIGILO	SIGILO	
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	7,89	SIGILO	21,60	SIGILO	SIGILO	SIGILO	SIGILO
PRODUTOS TÊXTEIS	0,01	SIGILO	SIGILO				SIGILO
FARMACÊUTICOS, MÉ-							
DICOS E PERFUMARIAS	SIGILO				SIGILO		
MINERAIS NÃO-META-							
LICOS E CIMENTO	9,76	74,80	SIGILO		SIGILO	SIGILO	1,64
PAPEL E PAPELÃO	0,51						
PRODUTOS MECÂNICOS	2,64	SIGILO					
VESTUÁRIO, CALÇADOS							
E ART. DE TECIDOS	0,98	SIGILO	0,16			SIGILO	SIGILO
MATERIAL PLÁSTICO	13,18					SIGILO	SIGILO
PRODUTOS DE							
BORRACHA	SIGILO	SIGILO					
BEBIDAS, LÍQUIDOS							
ALCOÓLICOS E VINAGRE	0,26	SIGILO	SIGILO	SIGILO	SIGILO	SIGILO	
IMOBILIÁRIOS	0,89	SIGILO	0,82	SIGILO	SIGILO		SIGILO
EDITORIAL E GRÁFICA	0,19	SIGILO	SIGILO	SIGILO			
DIVERSOS (I E II)	0,21	SIGILO	0,30				SIGILO
DIVERSOS (II)	0,78						
ARTIGOS E ARTEFATOS							
DE MADEIRA	1,54		SIGILO	SIGILO		SIGILO	SIGILO
PRODUTOS DO REINO							
VEGETAL-IN NATURA	0,20		SIGILO	SIGILO	SIGILO	SIGILO	SIGILO
REINO ANIMAL-IN NATURA							
-FRIGORÍFICOS	0,80		SIGILO	SIGILO	SIGILO	SIGILO	SIGILO
PEDRA E OUT. MATERIAIS							
DE CONSTRUÇÃO	SIGILO		SIGILO				
COUROS, PELES E							
PRODUTOS SIMILARES	SIGILO	SIGILO	SIGILO	SIGILO			SIGILO
OUTRAS INDÚSTRIAS	SIGILO			SIGILO	SIGILO		
INDÚSTRIA EXTRATIVA	0,59	1,66	7,45	SIGILO	SIGILO	8,05	SIGILO
TOTAL INDÚSTRIA	74,14	80,53	55,21	12,38	45,60	81,14	40,27
OUTRAS ATIVIDADES	0,44	0,37	0,51	SIGILO	SIGILO	SIGILO	SIGILO
CONTRIBUINTES							
NAO CADASTRADOS (1)	0,00	SIGILO	SIGILO	SIGILO			SIGILO
TOTAL OUTRAS	0,44	0,38	0,51	0,69	SIGILO	SIGILO	SIGILO
SERVIÇO DE							
TRANSPORTE	1,37	SIGILO	1,54	SIGILO	SIGILO	0,94	0,79
SERVIÇO DE COMUNI-							
CACAO	SIGILO	1,81	2,21	3,12	1,87	2,24	1,47
GERAÇÃO E DISTRI-							
BUIÇÃO DE ELETRICIDADE	4,40	6,25	3,05	5,44	3,87	3,77	2,94
TOTAL SERVIÇOS	9,60	SIGILO	6,80	SIGILO	SIGILO	6,95	5,20
TOTAL GERAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Fundação SEADE.

NOTA: (1) DIPAM – Ítem geração e distribuição de eletricidade.

Tabela 3 - Distribuição do Emprego Formal por Ramos de Atividade Econômica - Região de Governo de Rio Claro-SP: 1997 (%)

	ANALANDIA	BROTAS	CORUM- BATAÍ	IPEUNA	ITIRAPINA	RIO CLARO	SANTA GERTRUDES	TOTAL
COM VAREJ	1,88	11,40	4,92	1,45	8,74	14,89	5,26	13,99
AGRICULTURA	72,49	44,83	34,72	24,76	43,31	4,14	2,73	11,85
MIN NÃO MET	0,00	0,00	3,84	7,97	0,00	3,65	72,78	8,98
ADM PÚBLICA	10,06	12,30	17,05	12,20	17,98	8,43	6,53	7,52
IND QUÍMICA	0,11	1,22	9,22	26,21	0,17	8,58	1,05	6,31
ALOJ COMUNIC	0,55	3,24	1,69	6,04	16,48	6,87	1,30	6,13
ALIME BEB	3,20	6,33	0,15	2,90	1,94	5,36	0,15	4,93
TRAN E COMUN	0,33	5,30	4,30	0,24	4,09	4,98	0,59	4,34
MED ODON VET	0,00	1,57	0,00	0,00	0,11	5,13	0,03	3,98
ADM TEC PROF	0,22	1,06	0,92	0,36	1,27	5,37	1,02	3,95
CONSTR CIVIL	0,00	1,22	0,00	0,12	0,11	4,79	0,06	3,55
ENSINO	0,00	0,42	0,00	0,00	0,00	4,30	0,22	3,18
IND MECÂNICA	0,00	0,19	0,00	0,00	0,00	3,70	0,59	2,99
COM ATACAD	0,22	2,28	12,60	2,29	0,44	2,26	1,36	2,45
IND TÊXTIL	0,00	2,25	0,00	0,00	0,17	2,57	1,64	2,22
SER UTIL PÚB	0,22	0,22	0,00	0,00	0,00	3,25	0,00	2,11
MAD E MOBIL	0,44	2,09	2,46	0,48	3,54	1,41	0,00	2,10
IND METAL	0,00	0,42	3,53	11,71	0,00	2,40	0,77	2,05
BOR FUM COUR	0,00	1,41	0,00	0,00	0,00	1,63	0,71	2,05
INST FINANC	0,44	1,41	1,23	0,60	1,16	1,70	1,39	1,63
PAPEL E GRÁF	0,00	0,58	0,00	0,00	0,00	1,95	0,50	1,38
ELÉT E COMUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,04	0,00	1,23
EXTR MINERAL	9,83	0,26	3,38	2,66	0,17	0,40	1,27	0,73
MAT TRANSP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,14	0,00	0,30
OUTRIGN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,03	0,04
IND CALÇADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL EM NÚMEROS								
ABSOLUTOS	905	3.114	651	828	1.808	30.996	3.229	51.324

FONTE: RAIS – Ministério do Trabalho. Tabulações Especiais.

Em julho de 1999, segundo dados do Cadastro Industrial da Prefeitura Municipal, havia, em Rio Claro, 675 estabelecimentos industriais, dos quais a maioria (53,25%) eram microempresas. Os ramos industriais mais importantes, segundo o número de estabelecimentos, eram, pela ordem, os de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, metalurgia, minerais não metálicos, produtos alimentares e mobiliário. (SELINGARDI-SAMPAIO, 1999).

Enfim, como se percebe, trata-se de uma estrutura produtiva regional que pode ser considerada “híbrida”, já que apresenta predomínio de ramos “tradicionais” (minerais não metálicos, produtos alimentares, bebidas e têxtil), e presença de gêneros “motrizes” (química, metalurgia, material elétrico e comunicações), que exercem efeito multiplicador no setor industrial.

Dinâmica do Emprego na Região de Rio Claro

Para a Região de Rio Claro, como um todo, a análise dos dados do RAIS, fornecidos em parte pelo Núcleo de Conjuntura e Estudos Econômicos da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP- Campus de Araraquara, permite algumas constatações.

a) Entre 1994 e 1996, houve queda no número de pessoas empregadas na economia formal da região.

Em 1994, a região de Rio Claro tinha 75.649 empregados na economia formal e, em 1996, 63.707, tendo ocorrido, portanto, uma queda de 15,78%, ou seja, de 11.942 postos de trabalho.

Esta tendência de declínio foi observada, também, nas outras microrregiões de Estado enfocadas pelo Seminário Desafio 2000: a de Araraquara teve seu total de empregos na economia formal reduzido de 198.126, em 1994, para 144.743, em 1996, o que corresponde a uma queda de 26,94%; a região de São Carlos também apresentou declínio em seus postos de trabalho formal, passando de 103.055 empregos, em 1994, para 100.406, em 1996, redução correspondente a 2,57% do total. A exceção à tendência declinante foi representada pela região de São João da Boa Vista, que teve expansão de 10,23% no número de empregados na economia formal., ou seja, passou-se do total de 103.817, em 1994, para o de 114.444, em 1996.

Na realidade, o que pode ser constatado é que a Região de Rio Claro, no que tange aos empregos da economia formal, acompanhou, de forma muito mais intensa, a tendência de queda que caracterizou o Estado de São Paulo como um todo : de 11.492.544 postos de trabalho formais registrados em 1994, caiu-se para 11.384.566, redução equivalente a 0,92%.

Destaque-se, ainda, que, tanto em 1994 quanto em 1996, a Região de Rio Claro apresentava, em confronto com as outras microrregiões enfocadas, os menores totais de empregos formais.

b) Apesar da queda no número total de pessoas empregadas na economia formal, no setor industrial esta variável apresentou expansão entre 1994 e 1996.

O número de empregados formais na indústria da Região de Rio Claro passou de 19.527, em 1994, para 20.798, em 1996, o que configura um aumento de 6,51%.

Esta tendência de expansão também manifestou-se nas regiões de Araraquara e de São João da Boa Vista : na primeira, o total de pessoas empregadas no setor industrial aumentou de 35.470, em 1994, para 35.484 em 1996, (na realidade, um crescimento de apenas 0,04%); na segunda, a expansão foi muito mais expressiva, passando-se de 24.731, em 1994, para 27.126 em 1996, o que configura um aumento de 9,68%. Já na região de São Carlos, a tendência foi contrária, tendo o total de

pessoas ocupadas no setor industrial declinado de 42.337 em 1994, para 38.618, em 1996 (redução de 8,78%).

Também no tocante ao número de empregados no setor industrial, é possível observar que a região de Rio Claro apresenta-se inferiorizada em relação às outras regiões enfocadas, o que vem alertar para a necessidade de políticas de desenvolvimento setorial e global, no sentido de que não se aprofundem as disparidades regionais.

c) Oculta, ou "mascarada", pela contração verificada na média regional do emprego formal total, encontra-se a expansão ocorrida, tanto no emprego formal total quanto no setorial, em alguns municípios da Região de Rio Claro , no período 1994-1997.

Assim, conforme se observa na Tabela 4, no município de Rio Claro havia, em 1997, 2.048 novos postos de trabalho, em relação a 1994. Os novos empregos formais concentravam-se, sobretudo, nos serviços de alojamento (1.029 novos postos), ensino (864), comércio varejista(670), serviços médicos e odontológicos (658). O emprego no município também cresceu na administração técnica e profissional (521), na construção civil(315), e nas indústrias metalúrgica e química (244 e 240 novos postos de trabalho, respectivamente). Embora pouco, o emprego formal também aumentou em municípios como Ipeúna (237), Brotas (164) e Analândia (299), impulsionado, principalmente, pela agricultura.

Na realidade, a retração do emprego formal registrado no total regional (-3.078 postos de trabalho) foi decorrente de uma redução significativa dos postos de trabalho na agricultura de Santa Gertrudes (-6.155). Também no município de Itirapina o emprego formal declinou (-158 postos de trabalho), em função de queda dos mesmos no setor agrícola.

Tabela 4 - Evolução do Emprego Formal por Setores e Ramos de Atividade Econômica - Região de Governo de Rio Claro SP: 1994-97 (Números Absolutos)

	ANALÂNDIA	BROTAS	CORUMBATAÍ	IPÊÚNA	ITIRAPINA	RIO CLARO	SANTA GERTRUDES	TOTAL
COM VAREJ	1	116	12	5	69	670	61	934
ALOJ COMUNIC	1	49	5	-1	212	1.029	4	1.299
ENSINO	0	12	0	0	-1	864	3	878
MED ODON VET	-1	3	0	0	-1	658	1	660
MIN NÃO MET	0	0	18	19	0	-129	349	257
CONSTR CIVIL	0	19	0	1	1	315	2	338
IND QUÍMICA	1	3	60	21	3	240	-22	306
MAD E MOBIL	3	30	-4	4	31	-14	0	50
IND METAL	0	13	-67	97	-3	244	19	303
PAPEL E GRF	0	14	0	0	-3	166	11	188
MAT TRANSP	0	0	0	-24	-2	-6	0	-32
IND MECÂNICA	0	6	0	0	0	7	19	32
COM ATACAD	2	-11	21	19	-22	88	22	119
INST FINANC	-1	0	-1	-1	1	-57	11	-48
ELÉT E COMUN	0	-5	0	0	0	-47	0	-52
EXTR MINERAL	22	-38	5	6	2	-68	25	-46
IND CALCADOS	0	-16	0	0	0	-96	0	-112
BOR FUM COUR	0	11	0	0	0	-48	5	-32
IND TÊXTIL	0	14	0	0	3	-163	-42	-188
SER UTIL PUB	0	-1	0	0	0	-293	0	-294
ALIM E BEB	8	116	-27	-6	14	-283	-1	-179
TRAN E COMUN	1	7	23	0	-37	-100	-1	-107
ADM PÚBLICA	6	78	21	-7	97	-110	-2	83
ADM TEC PROF	-9	-137	-11	-1	-29	521	-4	330
IGNORADO	-1	-24	-1	-36	-52	-1.471	-9	-1594
AGRICULTURA	266	-95	-18	141	-441	131	-6.155	-6171
TOTAL	299	164	36	237	-158	2.048	-5.704	-3078

FONTE: RAIS – Ministério do Trabalho. Tabulações Especiais.

DESTINO E PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO, COMPETITIVIDADE E COMÉRCIO EXTERIOR

Destino das Exportações e Principais Produtos Exportados

Com raras exceções, em geral é ainda bastante baixa e esporádica a participação das empresas industriais da região de Rio Claro no comércio exterior. Tomando como base um pequeno grupo de médias e grandes empresas da região,⁴ a quase totalidade das mercadorias produzidas ainda tem como destino o próprio território

⁴ A iniciativa de elaboração deste texto foi motivada a partir da realização do *Seminário Desafio 2000: Os Rumos da Economia Regional*, realizado em Rio Claro, em julho de 1999, promovido pela EPTV e Prefeitura Municipal, com a colaboração da Universidade Estadual Paulista- UNESP, Campus de Rio Claro. As empresas ouvidas, que participaram da mesa no Seminário Desafio 2000, foram: Edra do Brasil, Tubos e Conexões Tigre, Cambridge Industrial do Brasil Ltda. e Owens Corning Fiberglass.

nacional. A indústria regional exporta a maior parte dos seus produtos pelo transporte rodoviário, e assim o faz para o próprio Estado de São Paulo, para outros Estados da região Sul (RS) e Sudeste (MG) e, em certos casos, para alguns Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste (BA, SE).

Entre os principais produtos exportados pela região destacam-se: peças para montadoras de veículos automotores (Sulplast Fibra de Vidro e Termop./ Rio Claro.), peças para montagem de pequenos aviões, tubos e tanques (Edra do Brasil/Ipeúna), materiais plásticos de pvc (Tigre/ Rio Claro), fibra de vidro para transportes modais – marítimo, ferroviário e aéreo (Owens Corning Fiberglass/ Rio Claro), plástico reforçado com fibra de vidro (Cambridge/ Rio Claro), balas, caramelos e chicletes (Riclan-Balas São João/ Rio Claro), produtos cerâmicos (indústrias cerâmicas de Santa Gertrudes), produtos químicos (Uniroyal/ Rio Claro), selos para vedação (TI Brasil/ Rio Claro).

As exportações da indústria regional atingem várias regiões e diferentes países do mundo, bem como também é diferenciada a inserção das empresas da região que participam do comércio exterior. Na América Latina – para onde parece destinar-se a maior faixa das exportações da indústria da Região de Rio Claro –, algumas empresas possuem nichos de mercado para seus produtos no México (Cambridge), na Guatemala, na Nicarágua e em Porto Rico (Edra). Outras empresas exportam tanto para países do Mercosul como da União Européia, e também para os Estados Unidos (Owens), assim como para a África do Sul e Noruega (Edra), e para países da África, como Nigéria e Angola (Tigre).

Entre as principais empresas da região que exportam para o exterior, isto é, que participam com mais intensidade do comércio internacional, a parcela dos produtos exportados, no total das vendas, pode variar muito, em um leque amplo que vai de 5% a 50% (Owens, Edra, Tigre). Portanto, embora poucas empresas regionais exportem para o exterior, em alguns casos esta exportação pode ser bastante significativa, dependendo da empresa.

Atualmente, entre os empresários da região, há uma perspectiva positiva para o aumento da exportação, apesar das dificuldades conjunturais.

Como resultado de uma primeira análise, pode-se classificar as empresas exportadoras da região em dois grupos: em um primeiro, aquelas que exportam produtos de consumo final para seus respectivos mercados e regiões de consumidores e, no segundo, aquelas cuja inserção nas exportações ocorre no interior de cadeias produtivas ou redes de fornecedores de produtos intermediários. Neste caso, fazem parte de uma ampla rede de empresas, em uma espécie de grande *empresa-rede* em um *território-rede*, que é fruto de uma divisão-integração intra-setorial e inter-regional do trabalho industrial, no país e no mundo.

A Região de Rio Claro em face da competitividade industrial, nacional e internacional

No plano regional, os efeitos do processo de abertura comercial, iniciado em 1990, alteraram o funcionamento da indústria, influenciando a política de competitividade e impondo mudanças nas estratégias de produção das empresas (qualidade, concorrência etc).

Nos últimos anos, é bem provável que nas empresas da região, da mesma forma que acontece em grande parte das empresas brasileiras, também existam deficiências para enfrentar a competitividade nos mercados internacionais. Esta pode se manifestar na baixa flexibilidade na produção, na pequena capacidade de competição através de novos lançamentos, assim como na reduzida sofisticação, qualidade e diversidade dos bens e serviços ofertados.

Nos dias atuais, os efeitos da desvalorização cambial, promovida em janeiro de 1999, não impulsionaram a exportação regional, como esperado pelo governo federal. Outras políticas complementares procuram ativar as exportações brasileiras. Nesse sentido, a idéia de transformar processos individuais em linhas de produção para exportação, reunindo pequenas e médias empresas em consórcios de exportação, está começando a sair do papel em várias partes do país e em setores bastante diferenciados. Reunidas em consórcio, estas empresas otimizam esforços de produção e comercialização, aumentando a competitividade. Em agosto de 1999, devem ter sido expedidas as remessas iniciais de cerâmica, vestuário e estanho. Até dezembro, vai a cachaça (GAZETA MERCANTIL, 15.07.99).

As primeiras remessas de produtos cerâmicos de revestimentos e pisos serão originárias das indústrias da Região de Rio Claro. O consórcio, formado por quatro empresas, deverá comercializar com compradores da Austrália, Uruguai e Paraguai, e deve exportar, de início, cerca de 50 mil metros quadrados de cerâmica. Esta idéia de promoção das exportações (Apex), ligada ao Sebrae, visa a criação de uma cultura exportadora por parte das pequenas e médias empresas brasileiras, que hoje representam apenas 1,7% no valor das exportações da balança comercial, apesar de representarem 28% do volume da produção.

OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA INDÚSTRIA REGIONAL NO PROCESSO DE EXPORTAÇÃO⁵

Um problema que pede resolução imediata, para dar continuidade à discussão regional acerca da questão da exportação e do comércio exterior, é a falta de orientação e a pouca disponibilidade, para os empresários, das informações sobre todo o processo de exportação, desde a etapa da criação, da constituição jurídica, até a manutenção do produto nas normas internacionais.

Um outro problema de ordem geral, de resolução a médio prazo, é que a região precisa capacitar-se para o conhecimento conspícuo do poder e dos nichos territoriais dos concorrentes internacionais de cada cadeia produtiva, para aumentar as chances do empresariado local de ampliação dos negócios. Isto reduziria os graus de incerteza do empresário da região no comércio exterior. Portanto, é preciso sanar a falta de informações estratégicas sobre quais são e onde estão os mercados potenciais, ou mesmo sobre preços e exigências de cada país importador.

Na seqüência, são levantados quatro grupos de problemas mais específicos considerados, pelos empresários da região, como inibidores de competitividade, para exportação de seus produtos no comércio exterior: tecnologia e recursos humanos, logística regional e meio ambiente, gestão empresarial exportadora, acesso ao crédito e trâmites burocráticos.

Tecnologia e recursos humanos

De uma maneira geral, é ainda baixo o valor agregado de tecnologia aos produtos regionais, bem como há problemas de qualidade, credibilidade e desempenho dos produtos exportados.

Por outro lado, também é baixo o nível de qualificação profissional da mão-de-obra regional para os parâmetros de competição internacional. Há necessidade de programas de re-qualificação e capacitação de novos contingentes de recursos humanos, para melhorar a qualidade do emprego no mercado de trabalho regional.

⁵ Esta seção contou com a contribuição dedicada de Jair Genaro Jr., jornalista da Global Assessoria & Consultoria de Rio Claro, de Selma Momesso, jornalista e aluna do curso de geografia da Unesp/Rio Claro, e com a entrevista concedida por Antonio S. Ferreira, da S. Ferreira - Assessoria em Comércio Exterior S/C Ltda, Rio Claro. Também foram utilizados depoimentos dos empresários no Seminário *Desafio 2000*, Rio Claro, julho de 1999. Resta enfatizar que, tanto os colaboradores quanto os entrevistados, estão isentos de responsabilidade sobre as conclusões aqui apresentadas.

Logística Regional e Meio Ambiente

Quando o problema logístico se restringe ao acesso aos meios de transporte e comunicações, não há impedimentos na Região de Rio Claro para a atração de investimentos e de pessoas. Porém, ainda é alto o custo e há deficiências no sistema de transportes, como: rodovias sobrecarregadas; ferrovia subutilizada; necessidade da modernização do aeroporto de Rio Claro, para cargas de alto valor agregado.

Quando o problema é a captação e o tratamento de resíduos industriais, também surgem deficiências, que comprometem e mancham a imagem da boa logística regional, colocando-se a necessidade de construir um aterro regional específico para estes resíduos. A questão da industrialização e do desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental deve merecer destaque e atenção maiores e servir de horizonte na construção organizada da nova economia regional do Estado.

Gestão Empresarial e Administração Exportadora

A maioria das empresas da Região não estão adaptadas, e até desconhecem, a política externa e as normas que regem o novo comércio mundial, além de não contemplarem uma cultura empresarial de exportação.

A estrutura burocrática interna das empresas é deficiente para assessorá-las no comércio internacional e, portanto, atua como sério obstáculo no âmbito das negociações e abertura de negócios, ainda que a empresa tenha produtos competitivos em face do mercado internacional. Por exemplo, são pouco conhecidas as concessões internacionais já estabelecidas para fomentar exportações, como o Sistema Geral de Preferências – SGP, uma concessão unilateral dos países ricos para incentivar exportações de países menos desenvolvidos.

Por outro lado, para muitos empresários, é difícil conseguir preencher todos os requisitos exigidos pelo governo, assim como ter domínio das principais operações para se adequar às normas de alfandegamento de materiais (aprovação da Receita Federal para exportar), entre outras exigências básicas.

Acesso ao Crédito e Trâmites Burocráticos

Grande parte das empresas não dispõe de conhecimentos básicos para ter acesso ao crédito, ou para oferecer as garantias exigidas por bancos e órgãos dos governos, responsáveis pelo fomento das exportações. Para atingir esses objetivos, é imprescindível uma assessoria da Fiesp/Ciesp/Sebrae, que também auxilia na definição dos projetos considerados estratégicos e adequados à vocação produtiva e aos setores exportadores locais.

O custo de crédito externo e o do interno ainda são inadequados para fomentar o processo de exportação das empresas, em parte devido aos altos preços praticados pela austera política tarifária e tributária dos governos e dos bancos privados.

RUMOS E COMPROMISSOS DA INDÚSTRIA REGIONAL

Considerando que falta cooperação entre os empresários e o setor público para a ativação de interesses comuns da região, como os de exportar e , consequentemente, usufruir dos efeitos sociais de tal prática, deve-se buscar ampliar a relação entre fornecedores, receita federal, meios de transportes, universidades etc.

Portanto, diante dos fatos apresentados na análise econômica da Região de Rio Claro, as pessoas representantes de instituições e participantes do Seminário *Desafio 2000* se comprometem, no evento, a promover a criação de um organismo de integração dos setores público e privado, em conjunto com as universidades da região – Unesp, principalmente –, para funcionar, inicialmente, como uma entidade geradora de idéias, capaz de analisar periodicamente os problemas e o potencial dos vários setores industriais da região, na expansão da exportação e na geração de emprego e renda. A missão institucional deste organismo regional deve ser a de avaliar periodicamente as condições de competição da indústria regional nos cenários nacional e internacional, de seguir identificando as oportunidades de negócios, e de propor linhas de trabalho e atuação para as empresas e setores interessados da região.

Este organismo pode funcionar como uma espécie de *Câmara Regional Exportadora* e se responsabilizar pelo acompanhamento dos assuntos relativos ao comércio internacional e à produção regional, defendendo e promovendo o desempenho das iniciativas empresariais e a vocação exportadora das empresas, buscando identificar interesses regionais comuns, públicos e privados, que minimizem custos, maximizando lucros, rendimentos e receitas públicas.

Este organismo deve buscar parceria com os órgãos públicos e privados, para diagnosticar o quadro real atual do desenvolvimento econômico regional e local, e embasar a definição da construção da nova vocação econômica regional, inclusive da exportadora.

O cumprimento destas etapas deve ser coroado com a apresentação de uma proposta de elaboração do planejamento estratégico de desenvolvimento econômico regional, que contemple a atração de novos negócios, a manutenção daqueles já instalados na região, e a melhoria das condições de bem-estar da população.

Finalmente, espera-se dos poderes legislativos (estadual e municipal) apoio e sugestões nos debates sobre questões de políticas de desenvolvimento regional/local, que melhorem a qualidade e a eficiência social do trabalho parlamentar, o desenvolvimento do Estado e a qualidade de vida das populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Ash ; ROBINS, Kevin.- The Re- emergence of Regional Economies? The Mythical Geography of Flexible Accumulation..*Environment and Planning D: Society and Space*, vol. B, 7-34, 1990.
- BELLUZZO, Luis Gonzaga -A Questão da Globalização, **in** FIORI, José L.; LOURENÇO, Marta S.de; NORONHA, José C.(orgs.). *Globalização: o Fato e o Mito*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ,1998.
- CASTELLS, Manuel- *European Cities, the Information Society, and the Global Economy*. Amsterdam, Centre for Metropolitan Research, Amsterdam University, 1992.
- CASTELLS, Manuel - Innovazione Tecnologica e Sviluppo Regionale, **in** *Ripensare la Tecnologia. Informatica, Occupazione e Sviluppo Regionale*. Torino, Bollati Boringhieri, 1995.
- CASTELLS, Manuel - *A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede (vol 1)*. São Paulo, Ed Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, F.- *La Mondialisation du Capital*. Paris, Syros,1994.
- COUTINHO, Luciano- *A Competitividade da Indústria Brasileira*. São Paulo, 1995.
- FIORI, José L ; LOURENÇO, Marta S. de ; NORONHA, José C. (orgs) -*Globalização: o Fato e o Mito*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ ,1998.
- GARCIA, Eduardo Bueno dos Reis – *A Hidrovia Tietê-Paraná como Alternativa de Escoamento para Produtos Manufaturados*. São Paulo, Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo, 1999.
- GONÇALVES, Reinaldo - Economia Internacional ou Global?. **in** FIORI, José L., LOURENÇO, Marta S. de, NORONHA, José C.- *Globalização: o Fato e o Mito*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ,1998.
- HIRST, Paul-. *Globalização: Mito ou Realidade?* **in** FIORI, José L., LOURENÇO, Marta S. de , NORONHA, José C. -*Globalização: o Fato e o Mito*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 1998.

- HIRST, Paul; THOMPSON, G.- The Problem of Globalisation: International Economic Relations, National Economic Management and the Formation of Trading Blocs. *Economy and Society*, 21, 358-396, 1992.
- MÜLLER, Geraldo - *Região: A Descentralização na Globalização*. Rio Claro , mimeo., 1999.
- NÚCLEO DE CONJUNTURA E ESTUDOS ECONÔMICOS- *DESAFIO 2000*. Araraquara, SP, Departamentto de Economia, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP,1999.
- RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS- RAIS-*Tabulações Especiais*. Ministério do Trabalho, 1998.
- SANTOS, Milton - *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- SELINGARDI-SAMPAIO, Silvia. *A Industrialização de Rio Claro: Presente e Futuro*. Rio Claro, mimeo., 1999.